



Ata n.º 3/2025

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

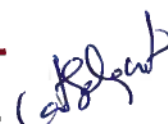
No dia 12 de março de 2025, com início pelas 15h00, teve lugar a reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Luís Menezes Leitão e secretariada pela Professora Catarina Salgado.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Pessoal docente;
3. Licenciatura;
4. Mestrados;
5. Doutoramentos;
6. Pós-doutoramentos;
7. Cooperação;
8. Instituto de Direito Brasileiro;
9. Erasmus e Relações Internacionais;
10. Outros assuntos.

Estiveram presentes na reunião os Professores Fernando Araújo, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Ana Paula Dourado, Paulo de Sousa Mendes, José Luís Ramos, Paula Vaz Freire, Maria José Rangel de Mesquita, Renato Gonçalves, Sílvia Alves, Elsa Dias Oliveira, Isabel Graes, João Espírito Santo, Isabel Vieira Borges, Vitalino Canas e Jorge Silva Santos.

A Professora Maria Fernanda Palma foi substituída pelo Professor Jaime Valle. O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pelo Professor Francisco Mendes



Correia. A Professora Ana Perestrelo de Oliveira foi substituída pelo Professor Tiago Soares da Fonseca. O Professor Luís Pereira Coutinho foi substituído pelo Professor Nuno Pissarra. O Professor Miguel Prata Roque foi substituído pela Professora Cláudia Monge.

O Diretor da Faculdade, Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, esteve igualmente presente na reunião.

1. Assuntos tratados antes da Ordem de Trabalhos

O Professor Paulo de Sousa Mendes pediu a palavra para transmitir a triste notícia do falecimento do Professor Doutor honoris causa [REDACTED] no dia [REDACTED], e propôs a aprovação de um voto de pesar (Anexo 1).

O Conselho aprovou, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor [REDACTED].

2. (Aprovação da ata da reunião anterior)

2.1. Foi colocada à votação a ata n.º 2/2025 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária do Conselho Científico de 12 de fevereiro de 2025, a qual foi aprovada por maioria e não tendo votado os Professores que não estiveram presentes na reunião em causa.

3. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

3.1. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação dos [REDACTED] e [REDACTED] como assistentes convidados, na percentagem de 50% (Anexos 2 e 3), a qual foi aprovada por unanimidade.

3.2. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de alteração da percentagem de contratação do Dr. [REDACTED] assistente convidado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, de 30% para o regime de 50% neste 2º semestre. (Anexo 4)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6

4. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Licenciatura)

4.1. O Presidente informou o Conselho acerca da necessidade por parte do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas de proceder a alguns ajustes na Distribuição do Serviço Docente para o 2.º semestre do presente ano letivo (Anexo 5).

O Conselho aprovou por unanimidade o referido documento.

5. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

5.1. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídicas (Anexo 6).

5.2. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas (Anexo 7).

5.3. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Anexo 8).

5.4. Foram aprovados, por unanimidade, os mapas de alteração de constituição de júri relativos aos alunos [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] (Anexos 9, 10, 11, 12 e 13).

5.5. Foram aprovados, por unanimidade, os pedidos de alteração de Professor Orientador por parte dos alunos [REDACTED]
[REDACTED] (Anexos 14 e 15).

5.6. Foram aprovados, por unanimidade, os pedidos de alteração de tema relativamente aos alunos [REDACTED]
[REDACTED] (Anexos 16, 17 e 18).

cabal

5.7. O Presidente informou o Conselho acerca dos Relatórios relativos às inscrições nos cursos de Mestrado e Doutoramento no ano letivo 2024/25 e à primeira fase das respetivas candidaturas para o ano letivo 2025/26 (Anexos 19 e 20), dando de seguida a palavra à Professora Isabel Graes, na qualidade de coordenadora da CEPG.

A Professora Isabel Graes recordou que o relatório relativo ao ano 2024/25 foi elaborado na sequência do solicitado na reunião do Conselho Científico de dezembro.

Quanto ao relatório 25/26, os números aí referidos ainda não são definitivos, uma vez que ainda estão a aguardar processos de candidaturas para apreciação, havendo, inclusive algumas candidaturas que se repetem. A Professora referiu ainda que a CEPG tem estado a analisar processos desde há uma semana até ao presente em horas muito tardias.

O Professor Paulo Sousa Mendes agradeceu o envio do relatório e perguntou se já havia sido operacionalizada a transferência de vagas do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica para o Mestrado em Direito e Prática Jurídica.

Além disso, o Professor recordou a importância de uma boa campanha de comunicação.

Por outro lado, uma vez que estas candidaturas só podem ter base documental, a probabilidade de todas as candidaturas entrarem é alta, o que não permite um crivo prévio quanto a qualidade dos alunos.

Finalmente, o Professor referiu a importância de saber se se justifica proceder a um desdobramento de turmas.

O Professor lembrou ainda que na reunião de dezembro foram aprovadas medidas concretas relativas aos cursos de mestrado e doutoramento, pelo que podem ser desenhados novos programas, questão essa que poderá ser discutida em sede de uma reunião extraordinária.

O Professor Carlos Blanco de Moraes louvou o trabalho que a CEPG tem vindo a fazer. Mais referiu que o mestrado científico tem sido ao longo dos anos uma fonte de financiamento da FDUL. Porém, nos últimos anos, com a massificação dos

mestrados, notou-se um decréscimo da qualidade de certos alunos de ciência jurídica, contrastando com a qualidade dos alunos de prática jurídica, que provêm na maioria da FDUL. Quanto a este ponto, o Professor louvou o trabalho efetuado pelo Professor Paulo Sousa Mendes.

Neste pressuposto, o Professor Carlos Blanco de Moraes defendeu que deveria ser convocada uma reunião extraordinária para discutir esta questão, além da possibilidade estatutária, nos termos da qual os Institutos pudessem organizar os seus próprios mestrados, mais específicos.

A Professora Isabel Graes informou que já ocorreu a migração das vagas do mestrado científico para o mestrado de prática jurídica. Por outro lado, referiu que os números mostram que estamos melhor em termos de inscrições do que no ano passado nesta altura.

O Professor Jorge Silva Santos recordou que depois desta fase de inscrição, haverá a escolha das disciplinas pelos alunos, pelo que urge a aprovação da Distribuição de Serviço Docente dos vários Grupos científicos. Por outro lado, tendo em conta estes números, é provável que sejam necessárias mais turmas do que as existem agora e que devem estar refletidas nas DSD.

Mais referiu que seria conveniente criar uma coordenação para cada especialidade dos cursos de mestrado e de doutoramento, por propostas dos Grupos, que poderão melhor analisar as candidaturas e que procederia à seriação de candidatos e eventualmente poderia realizar entrevistas.

A Professora Isabel Graes informou que não estão a ser feitas as entrevistas, não obstante o Regulamento de Mestrados e de Doutoramentos o preveja.

O Presidente referiu que pode ser agendada oportunamente uma reunião para tratar destas questões com mais detalhe.

6. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

Não houve assuntos a tratar.

7. Ponto 6 da Ordem de Trabalhos (Pós-doutoramentos)

7.1. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de constituição dos júris de pós-doutoramento dos alunos [REDACTED]
[REDACTED] (Anexos 21, 22, 23 e 24).

8. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Cooperação)

Não houve assuntos a tratar.

9. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Instituto de Direito Brasileiro)

9.1. O Professor José Luís Ramos informou que no próprio dia 12 de março se encontra a decorrer, na FDUSP (São Paulo, Brasil), o seminário de Direito do Comércio Internacional, que conta com a colaboração dos Professores Catarina Monteiro Pires e Hugo Ramos Alves.

9.2. O Professor informou igualmente que no dia 2 de abril terá lugar, na FDUL, uma aula aberta sobre Danos Punitivos – Um diálogo comparado, que terá nomeadamente como oradores a Professora Paula Costa e Silva e o Professor Francisco Mendes Correia.

9.3. Finalmente, o Professor José Luís Ramos deu ainda nota de que, na sequência do que foi referido na última reunião do Conselho Científico, no dia 10 de abril terá lugar na FDUL o Seminário de Direito Animal, em parceria com o Centro de Pesquisa em Direitos Animais (ZOOPODIS) do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, no Brasil, e com a colaboração dos Professores Paulo Mota Pinto, Carla Amado Gomes, Teresa Violante, Teresa Quintela de Brito e o próprio Professor José Luís Ramos.

10. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

10.1. O Professor Vasco Pereira da Silva informou o Conselho acerca do início da parte virtual do projeto BIP ("Blended Intensive Program") Erasmus, sobre Inteligência Artificial e Direito, que é uma realização conjunta das Faculdades de



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6

Direito de Granada, Pádua e Lisboa. A parte virtual deste Projeto BIP foi inaugurada com uma conferência pelo Professor Vasco Pereira da Silva, no dia 10 de Maio, e vai ser seguida de um ciclo de conferências por ZOOM realizadas por Professores da Faculdade de Direito de Lisboa (Professores Domingos Farinho, Rui Lanceiro, Hugo Ramos Alves, João Marques Martins, Filipe Vasconcelos Fernandes, Tânia Faria) e de colegas da Faculdade de Direito de Granada e de Pádua (Professoras Valentina Faggiani e Elena Buoso). Depois desta parte virtual do programa, haverá no final de maio, uma semana de conferências, debates e apresentação e discussão de trabalhos, a decorrer presencialmente na FDUL (depois de, nos dois anos passados, ter ocorrido em Pádua e em Granada), com a participação de professores e estudantes das três instituições envolvidas. A organização desta iniciativa cabe às Professoras Isabel Graes e Rute Saraiva (membros da Direção do GERI).

O Professor informou ainda acerca da deslocação a Lisboa, no quadro das relações académicas entre a FDUL e a Universidade Mykolas Romeris (que é membro do ELPIS Network e parceira da FDUL no Mestrado ELPIS) do Professor Paulius Pakutinskas, que profere uma Conferência sobre «Global and European AI: Regulation insights from Lithuania for Smaller Economies». Esta conferência, organizada pelo GERI, conta com a participação do LLM sobre Inteligência Artificial e dos Núcleos de Investigação sobre Inteligência Artificial dos Centros de Investigação de Direito Público e de Direito Privado.

Finalmente, estão a decorrer a bom ritmo os Cursos Intensivos organizados pelo GERI, com a participação de reputados especialistas internacionais das mais diversas áreas jurídicas e com grande adesão por parte dos estudantes da FDUL e Erasmus. Dá-se, assim, conta da presença na FDUL, para leção dos referidos cursos, entre outros, dos Professores Michel Tropper, Axel Kämmerer (Doutor honoris causa pela FDUL), Bernd Oppermann, Herbert Küpert, Pedro Ortego Gil.

O Professor referiu ainda que, na sequência da morte do Professor Rainer Arnold, existe uma iniciativa de organização de um livro em sua homenagem, pelo que exortou os colegas a participarem desta homenagem.

Handwritten signature



11. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Outros Assuntos)

11.1. O Professor Carlos Blanco de Moraes congratulou-se pelo facto de o Conselho Pedagógico ter aprovado um importante regulamento, reunindo a unanimidade dos professores presentes, procurando repor um equilíbrio adequado do curso de licenciatura entre aulas e avaliações. Neste pressuposto, o Professor Carlos Blanco de Moraes louvou o trabalho do Professor Pedro Caridade de Freitas, na qualidade de Presidente do órgão, pela condução dos respetivos trabalhos.

O Presidente do Conselho referiu que a proposta de regulamento ainda não foi submetida ao Conselho Científico porque a ata da respetiva reunião ainda não foi aprovada. Nestes termos, após a aprovação da ata, a proposta será submetida ao Conselho, para parecer.

A Professora Maria João Estorninho secundou o Presidente. Porém, teria preferido que a Faculdade tivesse conseguido evitar a situação, através do diálogo.

O Professor Jaime Valle alertou para o facto de o regulamento em questão ter sido aprovado agora porque os estudantes o quiseram e recusaram apresentar uma contraproposta. O Presidente do órgão não tinha outra hipótese se não o que acabou por fazer, uma vez que, não obstante a tentativa de negociação, uma das partes mostrou-se irredutível. Por este motivo, considerou que a responsabilidade pela situação não deve ser considerada partilhada.

O Presidente considerou que o Presidente do Conselho Pedagógico tomou a posição que se impunha.

O Professor Jorge Silva Santos sublinhou que na academia é habitual os estudantes manifestarem-se como o fizeram agora.

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu que, quando as situações se extremam, os resultados não podem ser bons. Deixou-se extremar as posições, perdendo zonas de contacto entre professores e alunos. Deve ser evitado que isso aconteça, através do diálogo, sem pôr em causa a hierarquia e as regras aplicáveis.

A Professora Ana Paula Dourado subscreveu as intervenções dos Professores Maria João Estorninho e Vasco Pereira da Silva. Independentemente do conteúdo, não se afigura positivo um fosso entre professores e alunos.



O Professor Paulo Sousa Mendes referiu que irá aguardar que em breve seja possível o Conselho Científico manifestar-se sobre este tema, aquando da submissão da proposta de Regulamento ao Conselho.

Devem distinguir-se a deliberação do Conselho Pedagógico e a deliberação da Reunião Geral de Alunos, sendo que a barragem da Faculdade se deu por deliberação da Reunião Geral de alunos. Além disso, não devemos confundir essa deliberação com o sentimento da própria Escola. Nesta altura é importante que o Conselho Científico se possa pronunciar sobre essa proposta de Regulamento. A FDUL tem um número de avaliações bastante superior ao das outras Faculdades. Não obstante o facto de dever haver um esforço de diálogo com os estudantes, ao nível dos órgãos, a Faculdade funciona numa lógica de meritocracia.

O Presidente considerou que deveria haver uma solidariedade institucional entre os órgãos da Faculdade.

O Professor Carlos Blanco de Moraes acompanhou as palavras do Professor Paulo Sousa Mendes. Temos uma estrutura tripartida na Faculdade, mas existem os estatutos que preveem critérios de decisão. Foi tomada uma deliberação nos termos estatutários, tendo havido um aproveitamento abusivo do fecho da Faculdade. Os alunos não podem impor um regulamento de avaliação. Naturalmente, haverá uma apreciação pelo Conselho Científico quanto ao mérito do regulamento. O regulamento atual é um mau regulamento, torna a faculdade menos competitiva, pelo que urge reformá-lo.

O Professor Renato Gonçalves alertou para a importância do cumprimento dos Regulamentos. Porém, acompanhou as preocupações dos Professores Maria João Estorninho e Vasco Pereira da Silva, desejando que a decisão acerca do Regulamento de avaliação tivesse sido conseguida através do diálogo entre as partes, ainda que não necessariamente consensual.

O Professor João Espírito Santo associou-se às palavras iniciais do Professor Carlos Blanco de Moraes, bem como dos colegas que o secundaram. Na realidade, uma representação de 200 alunos numa RGA não é representativa da totalidade de alunos da Escola. Por outro lado, o número elevado de avaliações afigura-se



confortável a alguns alunos. Perguntou, por isso, até quando a Faculdade teria de ficar refém da posição da outra parte, já que poderia continuar a não haver margem para negociação por parte dos alunos.

O Professor Vasco Pereira da Silva defendeu que devem procurar-se sempre novas portas para o diálogo e para novas soluções. Sem o diálogo continuará a haver a radicalização das posições.

A Professora Paula Vaz Freire associou-se às palavras do Professor Carlos Blanco de Moraes e dos colegas que o secundaram. Enquanto esteve em funções na Direção da Escola esteve bastante perto dos alunos e existe uma confusão quanto à noção de representatividade nos órgãos. Por vezes existem influências das RGA e da Associação de Estudantes. Era importante que houvesse consciência de democracia representativa por parte dos alunos nos órgãos.

11.2. O Professor Paulo Sousa Mendes informou o Conselho acerca do facto de, no quadro do Protocolo celebrado com a Universidade dos Açores, estar a ser organizado um curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, com carácter de urgência, por forma a aproveitar as verbas do PRR. Trata-se de um curso presencial, cujo programa tem um conjunto de módulos já definido e que será enviado em breve ao Conselho a sua versão consolidada.

O Presidente agradeceu a informação prestada.

O Professor Jorge Silva Santos deixou à consideração do Conselho que em futuras pós-graduações fossem consideradas outros módulos relacionados com história e economia. Alertou para o facto de ter várias vezes sublinhado a importância de as atas dos grupos científicos que aprovam certas deliberações serem entregues ao Conselho Científico, pelo que a partir deste momento passará a votar contra todas as propostas formuladas pelos Grupos sem que as respetivas atas sejam distribuídas pelo Conselho. Solicitou ainda que a Distribuição do Serviço Docente para o próximo ano letivo conste de ponto autónomo da Ordem de Trabalhos da próxima reunião.

Acrescentou que existem concursos para as várias categorias dos Grupos científicos que continuam para apreciação do Senhor Diretor. Passado um ano das respetivas deliberações, será importante que na próxima reunião o Senhor Diretor informe o Conselho Científico acerca da disponibilidade financeira / orçamental para o presente ano, por forma a saber se existe verba para o lançamento desses concursos. Por este motivo, solicitou igualmente que os concursos para o pessoal docente constem de ponto autónomo da Ordem de Trabalhos da próxima reunião.

O Diretor informou que foram abertos concursos para Professor Auxiliar, ao todo 3 vagas para o Grupo de Ciências Jurídicas e 1 para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas. Em abril, anunciará a possibilidade de abrir mais concursos, com informação mais detalhada.

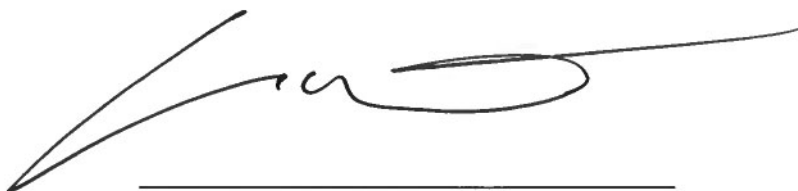
Mais informou que recebeu do Senhor Reitor um pedido de relatórios de autoavaliação dos cursos. É algo novo e por isso não existe, mas será necessário que os novos coordenadores recentemente nomeados diligenciem no sentido da elaboração desses relatórios.

O Presidente referiu que a constante exigência de relatórios acaba por prejudicar o serviço académico.

11. Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 16H55.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Luís Menezes Leitão)





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Secretária do Conselho Científico

(Professora Catarina Salgado)